



OS DESAFIOS DA RETOMADA PÓS-PANDEMIA: Entre o legado do isolamento e a reconstrução coletiva das Assessorias Jurídicas Universitárias Populares

Paloma Serafim de Barros¹

RESUMO: O presente estudo se propõe a investigar os desafios inerentes ao período posterior ao processo de retomada para a modalidade presencial dos grupos de Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUPs), tendo como foco os materiais de relatórios provenientes dos encontros online, realizados pela frente de Rodas de Diálogo sobre Assessoria Jurídica Popular do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), com outras AJUPs do Brasil. O objetivo do estudo se concentra na análise das dificuldades atuais que as AJUPs enfrentam como resquícios no processo de retomada das atividades após o período pandêmico. A metodologia adotada foi qualitativa, fundamentada no método da observação participante e na análise reflexiva da experiência de rearticulação dessa rede nacional de assessorias jurídicas populares no período pós-pandêmico. Conclui-se que dificuldades como a inatividade de alguns membros, o entrave na integração de novos participantes, a desarticulação interna entre os movimentos sociais parceiros e a sobrecarga de trabalho de alguns integrantes, resquícios do período pandêmico, ainda persistem.

Palavras-chave: AJUP; Retomada; Desafios; NEP e Rodas de Diálogo.

THE CHALLENGES OF THE POST-PANDEMIC RECOVERY: Between the legacy of isolation and the collective reconstruction of popular legal aid groups

ABSTRACT: This study investigates the challenges inherent to the return to in-person activities for Popular University Legal Aid (AJUPs) groups in the post-pandemic period. The research focuses on reports from online meetings, or "Dialogue Circles," organized by the Flor de Mandacaru Popular Extension Center (NEP) with other AJUPs across Brazil. The study's objective is to analyze the current difficulties that these groups face as remnants of the resumption process. A qualitative methodology was adopted, based on participant observation and a reflective analysis of the re-articulation experience of this national network. The findings conclude that persistent challenges, such as member inactivity, obstacles in integrating new participants, internal disarticulation among partner social movements, and the workload of some members, are lingering effects of the pandemic.

Keywords: AJUP; Resumption; Challenges; NEP; Dialogue Circles.

¹ Graduanda do curso de direito e bolsista de extensão (PROEX) na Universidade Federal da Paraíba (UFPPB). E-mail: palomaalvesbarros23@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0887-1526>.



INTRODUÇÃO

A Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) insurgiu no Brasil como uma ferramenta que fomentou a emergência de um direito insurgente que efetivamente dialoga com as demandas sociais, com a finalidade de promover uma reflexão crítica sobre seu potencial transformador no ensino jurídico e na educação popular (Assis; Carvalho, 2017). Esse movimento representa uma atuação jurídica transformadora, alinhada às demandas de sujeitos subalternizados e voltada ao enfrentamento das violências e opressões que lhe são impostas (Almeida, 2013).

Tais organizações habitualmente se alinham às causas feministas, à luta pela reforma agrária, ao direito à moradia, às pautas da comunidade LGBTQIAPN+, aos anseios da juventude, às reivindicações dos atingidos por barragens, bem como às dos povos indígenas e quilombolas. Em suma, colaboram também com as comunidades periféricas e o conjunto das organizações populares (Almeida, 2015).

No âmbito universitário, a atuação das AJUPs ocorre primordialmente na forma de extensão universitária, reconhecida pela tríade indissociável ensino-pesquisa-extensão. Este não é um espaço marginal ou complementar no curso de Direito, mas o *locus* privilegiado onde a teoria dialoga criticamente com a prática social, concretizando o advento do direito que a AJUP propõe.

Contudo, durante o período pandêmico, nos anos de 2020 até o primeiro semestre de 2022, esse movimento jurídico imprescindível enfrentou grandes desafios para manter a constância de suas atividades e vínculos internos, bem como suas relações com os movimentos sociais parceiros, devido à impossibilidade de encontros presenciais. Tais pilares, que tradicionalmente dependem do contato presencial e da construção de relações de confiança, foram profundamente impactados pelas medidas de isolamento social.

No âmbito do trabalho extensionista, realizado nas universidades, a impossibilidade de atividades presenciais provocou uma ruptura metodológica de organização dos encontros com os movimentos parceiros. A essência de grupos de



assessorias jurídicas – observando sob análise da estrutura do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) – reside na horizontalidade, no diálogo direto, na observação *in loco* das necessidades e na co-criação de soluções, via de regra, com movimentos sociais. Sendo assim, tendo como base a educação freireana, que possui uma abordagem que contraria a noção tradicional de produção de conhecimento, substituindo a dinâmica de doador e receptor por uma construção mútua e dialética (Gradwohl; Vasconcelos; Albuquerque, 2016). Nesse sentido, para manter o engajamento de suas equipes de forma remota e gerenciar projetos em um contexto de total incerteza, ameaçando a própria sustentabilidade de iniciativas fundamentais, os grupos tiveram que aderir a uma nova metodologia como atividades totalmente remotas para a continuação de suas atividades.

A justificativa para este trabalho reside em uma das atividades da frente “Rodas de Diálogo sobre Assessoria Jurídica Popular” que integra o NEP², que objetivando a rearticulação da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Popular (RENAJU), promoveu a criação de um grupo no *WhatsApp* para integração dos grupos de assessorias de todo o país, a fim de mapear quantos e quais grupos estão ativos, assim como de promover espaços coletivos de diálogo sobre a temática. O grupo reuniu mais de 10 grupos de assessorias jurídicas universitárias populares (AJUP’s) nos cursos de Direito de universidades públicas e privadas, representando as cinco regiões do país, com um total de mais de 80 participantes. Realizaram-se encontros mensais voltados principalmente à discussão dos principais obstáculos enfrentados pelas AJUP’s na atualidade, bem como a reflexão sobre a percepção dos movimentos sociais em relação às limitações e potencialidades desse campo jurídico.

Nesse ínterim, o presente trabalho tem como escopo analisar os desafios que persistiram como resquícios no processo de retomada das atividades de grupos de assessorias jurídicas universitárias de outras universidades do país. A pesquisa foi conduzida mediante abordagem qualitativa, ancorada na observação participante e na

² Atualmente, além das Rodas de Diálogo sobre Assessoria Jurídica Popular, o NEP possui atuação em mais de três frentes: Raça e Lutas Antirracistas; Gênero, Feminismo e Sexualidade; e Conflitos Territoriais Urbanos e Rurais.



sistematização de registros documentais produzidos a partir dos encontros virtuais mensais com esses grupos.

DO TERRITÓRIO AO DIGITAL: O IMPACTO DAS PANDEMIAS NA ATUAÇÃO DAS AJUP's

Uma assessoria jurídica engloba aspectos essenciais para a sua atuação como a horizontalidade, protagonismo discente e amorosidade (Almeida, 2015.) Nesse sentido, ela possui enfoque na emancipação social dos indivíduos, fornecendo o suporte necessário para que possam conduzir suas vidas de forma mais autônoma e cientes de seus direitos (Freitas, 2018). De tal forma, as atividades realizadas junto aos movimentos e grupos sociais não se pautam por um rigor acadêmico, em vez disso, priorizam a participação ativa dos próprios membros dos movimentos (Damascena; Sousa; Silva, 2020).

Essa atuação se constrói historicamente a partir da imprescindibilidade do contato físico e do diálogo direto com esses integrantes. Diante disso, essa proximidade permite não apenas compreender as demandas de forma holística, mas também construir laços de confiança e solidariedade, elementos essenciais para uma atuação que se pretende transformadora.

Antes da pandemia, o Núcleo de Extensão Popular (NEP) atuava diretamente nos territórios, com a presença constante em diversas frentes de luta. Entre as suas atividades, destaca-se a participação em iniciativas de grande impacto social, como o projeto "Eu Também sou Cidadã" (2014), desenvolvido em parceria com o Grupo de Mulheres Maria Quitéria³. Neste projeto, o NEP trabalhou com reeducandas da Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão em João Pessoa, oferecendo assessoria jurídica e fomentando discussões sobre direitos e cidadania em um contexto de privação de liberdade.

³ Um coletivo fundado em 2002 em João Pessoa, Paraíba, com o objetivo de combater a violência e a discriminação contra mulheres lésbicas e bissexuais, promovendo sua autoestima, qualidade de vida e cidadania.



Além disso, acompanhou casos emblemáticos de luta pela terra na Paraíba (de 2010 a 2012), como o "Caso Pocinhos"⁴, no qual integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram violentados e até torturados, e o "Caso da Fazenda Quirino", um histórico conflito agrário assessorado pela Comissão Pastoral da Terra⁵.

Ademais, entre 2018 e 2019, o núcleo dedicou-se ao acompanhamento de casos de repressão contra o Movimento *Hip Hop*, focando especificamente nas Batalhas do Coqueiral, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa. Esta intervenção foi crucial para defender os direitos de expressão e reunião dos jovens, enfrentando a criminalização de manifestações culturais periféricas e garantindo a voz a esses segmentos da sociedade.

Todavia, o período pandêmico impôs uma desafiadora ruptura nesse consolidado modelo de atuação. O contato presencial, pilar fundamental e essencial para a construção e manutenção desses laços de confiança com os movimentos sociais, foi drasticamente inviabilizado. Neste período, o distanciamento forçado foi particularmente crítico em um contexto em que a pandemia não apenas impôs barreiras sanitárias, mas também agravou as desigualdades e vulnerabilidades sociais que atingem os grupos historicamente subalternizados (Souza; Silva; Castro, 2020).

De forma ainda mais crítica, a interrupção da convivência presencial promoveu impactos sobre a base sobre a qual se assenta a prática da assessoria jurídica popular: a construção de confiança com os movimentos sociais. Essa confiança não é um produto de reuniões agendadas ou de ofícios enviados; ela é forjada lentamente, no território das

⁴ Refere-se ao caso ocorrido em 01/05/2009, em Pocinhos (PB), onde famílias acampadas para reforma agrária foram atacadas por um grupo encapuzado, que incluiu os proprietários do terreno. Sete trabalhadores foram sequestrados e torturados com extrema crueldade, tendo seus corpos molhados com gasolina e ameaçados de morte. Uma das vítimas foi trancada em uma casa incendiada, mas conseguiu escapar. Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <https://cimi.org.br/2009/05/28696/>.

⁵ Refere-se à morosidade do INCRA na criação de um assentamento na Fazenda Quirino (PB), um ano após a decisão judicial. As famílias cobraram a implementação e a ampliação do número de vagas. A CPT avaliou a mobilização como crucial para denunciar o retrocesso da reforma agrária e a prioridade dada ao agronegócio. Fonte: CPT-PB. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/paraiba/3586-agricultores-sem-terra-ocupam-sede-do-incra-na-para%C3%ADba>. Acesso em: 01, set. 2025.



bases, e cultivada através da presença constante e da partilha de experiências cotidianas. É ao participar de um encontro, ao tomar um café em um acampamento ou assentamento ou simplesmente ouvir as histórias de vida que a relação de parceria se aprofunda e transcende a mera prestação de uma assessoria técnico-jurídica.

O isolamento social rompeu subitamente com esse processo, substituindo o contato humano e direto por interações mediadas por telas, muitas vezes precárias e excludentes. Essa mediação digital, por mais necessária que tenha sido, reintroduziu uma distância e uma assimetria, tornando mais difícil para os assessores compreenderem a complexidade das demandas e, para os movimentos, sentirem a aliança e a solidariedade que só o “olho no olho” e a presença física são capazes de solidificar plenamente. Essa nova realidade sanitária forçou a uma urgente adaptação e à busca por novos métodos de organização e engajamento.

A transição para o formato remoto, embora necessária, resultou diretamente na suspensão das atividades presenciais nos territórios, impactando a presença e o envolvimento direto do NEP nas bases. Além disso, a impossibilidade de encontros físicos e a ocorrência das aulas da universidade no modelo remoto levaram muitos integrantes do núcleo, que eram de outros estados, ao retorno às suas cidades de origem, fragmentando a equipe e interrompendo as reuniões presenciais.

Essa desarticulação interna, somada ao afastamento físico, gerou um consequente distanciamento dos parceiros movimentos sociais, que também enfrentavam seus próprios desafios de mobilização e acesso. Como resultado desse cenário complexo e sem precedentes, a primeira reunião presencial do grupo só pôde ser retomada em agosto de 2022, cerca de dois anos e meio após o início da pandemia, evidenciando o profundo e duradouro impacto do isolamento social na dinâmica operacional e nos vínculos do Núcleo.

A transição para o ambiente digital, imposta pela pandemia de COVID-19, não paralisou a atuação do NEP, que demonstrou resiliência para a adaptação e persistência. Entre 2020 e 2023, o núcleo manteve seu engajamento com diversas frentes sociais. Em



exemplo, nesse período, dedicou-se à assessoria do Fórum de Artistas Pretos, um esforço crucial para a inclusão do Movimento Negro nas políticas de editais de cultura da Paraíba. Nessa atuação, foram realizadas oficinas online voltadas à escrita coletiva para a proposta do projeto de lei Edital Permanente João Balula, demonstrando como a atuação jurídica universitária popular pôde se reinventar para impulsionar políticas públicas essenciais.

Além disso, as formações internas do NEP, que tradicionalmente abordavam temas como reforma agrária, direito à moradia, gênero e sexualidade, e lutas antirracistas, foram igualmente adaptadas e conduzidas no modelo online. Paralelamente a essas atividades, e impulsionado pela necessidade de compreender as novas realidades, o núcleo promoveu a criação de um projeto através da “UFPB em seu Município”⁶ focado em analisar os impactos específicos da pandemia nos movimentos sociais parceiros e na própria dinâmica da AJUP. Essa pesquisa demonstrou que o papel do NEP nesse período não era apenas como uma ferramenta de assessoria, mas como um polo de produção de conhecimento alinhado às lutas sociais.

A Rede Nacional de Assessoria Jurídica Popular (RENAJU), originada entre os anos de 1996 e 1997, constitui-se como uma rede nacional que reúne os grupos de estudantes que prestam assessoria jurídica popular aos movimentos sociais e grupos subalternizados. A referida rede realizava encontros nacionais e regionais que contavam com a participação expressiva de integrantes de todo o Brasil. Todavia, a partir de 2016, o cenário político-social brasileiro foi marcado pela ascensão de correntes conservadoras e com isso, houve um impacto significativo no alcance das lutas dos movimentos sociais em geral, bem como nos grupos de AJUP’s, adicionalmente a pandemia, promoveu-se o estopim para a desarticulação desses coletivos.

Por esses fatores, ocasionou-se a criação do referido projeto de extensão “Rodas de Diálogo sobre o impacto da pandemia na luta por direitos” logo após o fim da pandemia em 2022. O Nep buscou compreender os impactos desse período enfermo para os

⁶ Projeto que possui como Iniciativa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) de aproximar a universidade das comunidades, levando conhecimento, extensão e desenvolvimento para as cidades paraibanas.



movimentos sociais e as AJUPs. Em um trabalho paralelo, os integrantes do NEP também se envolveram em um projeto de pesquisa intitulado “O impacto da pandemia nos grupos de AJUP” (PIBIC - 2022), coordenado pela professora Ana Lia Almeida⁷.

A pesquisa-participante em questão incluiu cinco encontros virtuais com aproximadamente 20 grupos de AJUPs. A conclusão foi a extrema desmobilização desses grupos, causada por questões como a saída de integrantes e as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais parceiros. Ficou evidente, ainda, que esses grupos já apresentavam uma redução em suas atividades e em sua capacidade de organização desde 2018.

O referido projeto, concluído em 2022, já havia evidenciado as informações previamente expostas sobre a fragilidade da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária Popular (RENAJU). Contudo, ainda no panorama de 2024, a desarticulação da RENAJU persiste como um resquício marcante da pandemia. Somada a todos esses fatores, a necessidade de retomar o projeto tornou-se premente, com o objetivo de promover a rearticulação, facilitar a troca de experiências entre as AJUPs e analisar o funcionamento e a atuação desses grupos na atualidade.

Diante da nova conjuntura pós-pandemia, foi retomado, em 2024, o projeto “Rodas de Diálogo sobre Assessoria Jurídica Universitária Popular” vinculado ao referido Núcleo, que teve como justificativa de sua retomada a rearticulação da Rede de Assessoria Jurídica Universitária Popular (RENAJU).

O presente projeto de Rodas, por meio de uma planilha, sistematizou os grupos de AJUPs ativas e presentes no grupo de Whatsapp. Nesse sentido, alguns dos grupos mapeados foram:

- a) AJUP – Universidade Estadual Paulista (UNESP);
- b) AJUP – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- c) AJUP Pedro Casaldáliga – Universidade Estadual de Goiás (UEG);

⁷ Ana Lia Almeida é professora da Universidade Federal da Paraíba, integrante do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (como professora coordenadora). E-mail: analiavalmeida@gmail.com



- d) AJUP Roberto Lyra Filho – Universidade de Brasília (UnB);
- e) CORAJE (Corpo de Assessoria Jurídica Estudantil) – Universidade Estadual do Piauí (UESPI);
- f) Motyrum Núcleo do Escritório Popular (EP) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- g) NAJUC (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) – Universidade Federal do Ceará (UFC);
- h) NAJUP (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- i) NAJUP Cabano (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) – Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA);
- j) NAJUP Luiza Mahin (Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- k) PAJUP (Programa de Assessoria Jurídica Universitária Popular) – Centro Universitário Dom Bosco (UNDB);
- l) SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) – Universidade de São Paulo (USP);
- m) SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Tal iniciativa teve como finalidade a rearticulação da RENAJU que se encontrava fragilizada após o cenário pandêmico. Ressalta-se que o processo de sistematização possui o caráter contínuo, visando a atualização constante dos dados. Atualmente, esse fluxo de manutenção da planilha é conduzido de forma colaborativa pelas próprias Assessorias Jurídicas Universitárias Populares identificadas no mapeamento inicial e que permanecem em atividade.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS DAS AJUPs

Os encontros mensais *on-line*, realizados via Google Meet, têm sido cruciais para trocas de experiências e fortalecimento dos laços nas Assessorias Jurídicas Universitárias Populares. Nestes encontros, diversas questões críticas foram debatidas, como a dificuldade em engajar novos membros, que em algumas situações não conseguem se identificar com o grupo. Isso gera uma postura de expectativa, na qual eles aguardam instruções em vez de assumir o protagonismo que é a essência dos grupos de assessorias.

Tal dificuldade concernente ao engajamento dos novos membros revela um desafio de natureza geracional e cultural. É imprescindível levar em consideração que o indivíduo está inserido no ambiente enquanto se desenvolve. Isso significa que as interações gradativas e complexas entre a pessoa, os outros e o meio em que vive são fundamentais. O conceito destaca a importância das relações próximas aquelas trocas recíprocas e diretas com os elementos do ambiente imediato do sujeito. Essas interações funcionam como a principal força para o desenvolvimento, ajudando o indivíduo a dar sentido ao mundo e a adquirir a capacidade de atuar sobre ele (Bronfenbrenner; Morris, 2006).

Nesse contexto, os estudantes que hoje ingressam nas AJUPs trazem consigo uma trajetória marcada pela digitalização das relações sociais, consolidada nos anos de isolamento. Sua experiência formativa, muitas vezes mediada por telas, pode resultar em uma concepção distinta de participação coletiva. Assim, a postura de 'espera por instruções', observada nos encontros, talvez não reflita desinteresse, mas sim um descompasso entre a cultura de protagonismo e horizontalidade, forjada na presença física e no 'corpo a corpo' das AJUPs, e uma socialização mais habituada às dinâmicas de consumo de conteúdo e interação estruturada do ambiente online.

A questão da baixa assiduidade que, por ser um problema recorrente, acaba por sobrecarregar de maneira desproporcional os membros mais envolvidos, gerando desgaste e às vezes frustração. Aliado a esse cenário, outro grande desafio reside nas



condições físicas da atuação dos grupos. A infraestrutura muitas vezes sucateada, agravada pela significativa diminuição de recursos financeiros nas universidades no período pós-pandêmico⁸ constitui um obstáculo palpável à sua operacionalidade. Essa limitação material se manifesta na falta de acesso a salas adequadas para reuniões dos grupos, como detalhada por alguns núcleos durante os encontros.

Em alguns relatos durante os encontros, foi salientada a desarticulação interna dos próprios movimentos sociais, que, fragilizados pelo período pandêmico e conflitos internos enfrentam dificuldades para reorganizar suas pautas e manter uma agenda estável de reuniões com as assessorias. Essa inconsistência na comunicação e no planejamento conjunto dificulta a identificação de demandas prioritárias, a elaboração de estratégias jurídicas efetivas e a continuidade dos trabalhos de assessoria, impactando diretamente a eficácia da atuação das AJUP's.

Nestes encontros, tornou-se evidente que as dificuldades enfrentadas pelas AJUPs são semelhantes em todo o país. Essa percepção gera um importante sentimento de pertencimento, pois os integrantes percebem que os obstáculos, como a falta de engajamento de novos membros e problemas internos dos próprios movimentos sociais parceiros, não são exclusivos de seu grupo. Isso os encoraja a buscar soluções de forma mais colaborativa, trocando experiências e estratégias para superar os desafios de forma conjunta, tal como ocorreu em alguns dos encontros.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO: INOVAÇÕES E RESISTÊNCIAS

Os encontros virtuais de 2025, coordenados pelo Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) com outras Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUP's), foram decisivos para mapear a situação atual do movimento. As discussões

⁸ Universidades Federais alertam que o orçamento é menor do que antes da pandemia. Agência Câmara de Notícias. Publicado em 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/883945-universidades-federais-alertam-que-orcamento-e-menor-do-que-antes-da-pandemia/>. Acesso em: 21 ago. 2025.



confirmaram que os desafios persistentes, como a inatividade de membros e a dificuldade na integração de novatos, ainda são obstáculos centrais na atuação dos grupos. Esses resquícios do período pandêmico continuam a gerar um esforço extra para a manutenção da organização interna e a continuidade dos projetos.

No encontro do dia 12 de julho de 2025, que teve como tema central o debate sobre as ações realizadas por cada ajup presente: NAJUP-UFPE, NAJUP-Luiza Mahin-UFRJ AJUP Roberto Lyra Filho-UNB, NAJUC-UFC e o próprio NEP, foi-se discutido principalmente acerca dos meios adotados para o enfrentamento aos desafios já mencionados anteriormente. A estratégia de controle de presença por meio de planilhas de participação, por exemplo, revela a necessidade de formalizar o compromisso dentro de um contexto que ainda luta contra a desarticulação.

Longe de ser um método burocrático, essa tática busca garantir a corresponsabilidade, assegurando que o trabalho de assessoria não sobrecarregue apenas alguns poucos integrantes, um problema recorrente desde o período pandêmico. Essa medida é um reflexo direto da busca por um modelo de organização que seja ao mesmo tempo flexível, mas também eficiente para as demandas dos movimentos sociais.

Para enfrentar o desafio da integração de novos membros, a solução encontrada por um dos núcleos foi a divisão do grupo por áreas de atuação, como Direito Civil, Penal e Trabalhista. Ao permitir que os novatos escolham áreas de maior afinidade, o projeto estimula um protagonismo precoce, rompendo com a postura de "espera por instruções" e incentivando o engajamento desde o início. Essa estratégia de "setorização" dialoga diretamente com a concepção de educação popular, pois valoriza o saber prévio e a identidade do estudante, tornando a experiência de extensão mais significativa e menos hierárquica. É uma resposta prática à busca por pertencimento.

Além das táticas internas, a luta pela rearticulação da rede nacional também está no foco. A realização e organização para a participação em eventos e encontros interestaduais por um dos projetos demonstram a consciência de que a resistência é coletiva. Nesse ínterim, a troca de experiências presencial nesses eventos é observada



como uma forma crucial de intensificar as relações, compartilhar aprendizados e, conseqüentemente, fortalecer a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária Popular (RENAJU).

ATUAÇÃO INTERNA DO NEP APÓS 5 ANOS DE PANDEMIA

No que concerne à atuação do NEP, a retomada do contato presencial com os movimentos sociais se tornou uma prioridade. Para fortalecer os laços, o núcleo promove reuniões diretamente nos territórios de luta, como é o caso dos encontros com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizados no Armazém do Campo em João Pessoa. Essa estratégia aproxima os estudantes das realidades concretas, reforçando a confiança mútua e a horizontalidade, que são pilares da assessoria popular.

Além disso, o NEP demonstrou sua capacidade de engajamento e articulação ao promover juntamente com o Movimento Sem Terra da Paraíba, em julho de 2025, a Jornada Universitária pela Reforma Agrária (JURA) na Universidade Federal da Paraíba que tem como finalidade mobilizar estudantes das universidades brasileiras para a luta pela causa agrária, reforçando o papel da universidade como um espaço de diálogo e apoio aos movimentos sociais.

A atuação do Núcleo não se limita ao contato com os movimentos sociais externos. O NEP também está profundamente engajado em pautas internas da universidade, voltadas para a garantia de direitos sociais. Atualmente, o grupo participa da elaboração de uma minuta de portaria, a Portaria RU - Parentalidade PRAPE/UFPB, em parceria com o Centro de Referências de Políticas de Prevenção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres (COMU) da Universidade Federal da Paraíba e um coletivo estudantil de mães. Essa iniciativa propõe um conjunto de medidas que visam garantir a permanência dos estudantes que são pais, mães ou responsáveis legais de crianças.

Entre uma das principais propostas destaca-se a permissão para que estudantes com acesso ao Restaurante Universitário (RU) da Universidade possam levar seus filhos



ou crianças sob sua guarda, com até 12 anos, para se alimentarem no local. O documento ainda propõe outras medidas que envolvem a política materna e possui a finalidade de promover o acesso à infraestrutura física e de acolhimento como apoio acadêmico e psicológico, criação de espaços adequados para esses estudantes e seus filhos, entre outros.

A proposta busca garantir a assistência às crianças para terem acesso ao direito à alimentação de forma adequada, seguindo os preceitos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e ao mesmo tempo que promove o auxílio na permanência dos estudantes pais, mães e tutores que detêm a guarda de criança na universidade. Diante disso, tais ações são também medida estratégica que enfrenta diretamente os obstáculos que levam à evasão, visto que os referidos estudantes muitas vezes enfrentam obstáculos para conciliar os estudos com os cuidados parentais.

Ademais, a Frente de Raça e Lutas Antirracista conjuntamente com a Assessoria Jurídica Universitária Popular e Lutas Antirracista: Acesso à Justiça e Articulação para o Combate ao Racismo, este último, projeto que surge como iniciativa das “Redes Antirracistas de Igualdade Racial”, do Termo de Execução Descentralizada nº26/2023, financiado pelo Ministério da Igualdade Racial e a Universidade de Brasília (UnB), ambos são coordenados pela Prof^{ta}. Dr^a. Bruna Stefani Soares de Araújo⁹, com vigência de novembro de 2024 a novembro de 2025. O referido projeto tem como principais objetivos desenvolver estratégias de combate ao racismo e ao racismo religioso e no fortalecimento das lutas antirracistas no Brasil.

Nesse ínterim, uma de suas atividades atuais está sendo a elaboração de uma cartilha sobre a Jurema Sagrada. Esse documento, de grande relevância para a história e cultura da Paraíba, irá abordar a história e as especificidades da Jurema, um movimento de religiosidade de matriz africana e indígena que tem forte presença na região. A cartilha busca não apenas documentar essa tradição, mas também fortalecer a identidade das

⁹Bruna Stefani Soares de Araújo é professora do Departamento de Ciências Jurídicas - CCJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas - UFPB e coordenadora da frente antirracista do NEP.



comunidades de Juremeiros, servindo como uma ferramenta de combate ao racismo religioso e de promoção do direito de culto e da ancestralidade.

O NEP adota, em sua rotina, a prioridade pelo contato presencial, reconhecendo-o como fundamental para a construção de vínculos e para a qualidade da assessoria. As reuniões on-line, por sua vez, passaram a ser utilizadas de forma extraordinária, reservadas para ocasiões em que a presença física não é possível. Essa estratégia se vislumbra como uma adaptação madura ao cenário pós-pandemia, utilizando a tecnologia como um complemento, e não como um substituto, para o trabalho de base.

CONCLUSÃO

Em suma, a análise conduzida neste estudo confirma que a pandemia de Covid-19 representou um período de significativa fragilização para o movimento da Assessoria Jurídica Universitária Popular e que ainda persiste como resquício desse período mesmo após 5 anos. A interrupção das atividades presenciais, a dificuldade em integrar novos membros e o afastamento temporário dos movimentos sociais parceiros constituíram obstáculos substantivos à atuação dos núcleos.

Contudo, a narrativa que se impõe não é a de um declínio, mas sim a de uma resiliência, embora marcada por desafios persistentes na retomada. A resposta coletiva a esses entraves materializou-se em uma busca por soluções que, mesmo com a volta ao presencial, ainda refletem as dificuldades daquele período. A inatividade de membros, os entraves na integração de novos participantes, a desarticulação interna com movimentos sociais parceiros e a sobrecarga de trabalho de alguns integrantes são resquícios que ainda se manifestam.

O caminho a seguir não implica um abandono do legado pré-pandêmico, mas a sua rearticulação diante de um cenário que ainda carrega as cicatrizes da crise. O futuro da assessoria jurídica popular reside na capacidade de lidar com essas dificuldades persistentes, promovendo uma síntese entre a indispensável proximidade do trabalho



presencial e o uso estratégico das ferramentas digitais. A crise, ao expor e aprofundar as vulnerabilidades sociais, essa experiência confirmou que, apesar das dificuldades remanescentes, a atuação desses grupos permanece crucial na construção de um Direito que vai além do seu mero dogmatismo.

As AJUPs se consolidam como uma ferramenta viva e dinâmica, capaz de se materializar e atender as demandas sociais de forma efetiva e alinhada com as necessidades das lutas populares.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. A ideologia e os grupos de assessoria jurídica popular. *In: SEMINÁRIO DIREITO, PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS*, 2., 2013. Cidade de Goiás. *Anais [...]*. Cidade de Goiás: Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, 2013. ISBN 978-85-67551-00-5. Disponível em: <https://www.ipdms.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular**. 2015. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. p. 46–92. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8352/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ASSIS, Breno de Araújo; CARVALHO, Cláudio Oliveira de. As assessorias jurídicas universitárias populares e a educação na perspectiva da luta emancipatória: uma análise a partir da práxis do Núcleo de Assessoria Jurídica Alternativa no curso de Direito da UESB. *In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA*, 31., 2017, Montevideo. *Anais [...]*. Montevideo: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2017. p. 1–15. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/6689_breno_de_araujo_assis.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, Pamela A. The bioecological model of human development. *In: DAMON, William; LERNER, Richard M. (org.). Handbook of child*



psychology: theoretical models of human development. New York: John Wiley & Sons, 2006. cap. 14, p. 793–828. Disponível em: <https://www.childhelp.org/wp-content/uploads/2015/07/Bronfenbrenner-U.-and-P.-Morris-2006-The-Bioecological-Model-of-Human-Development.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

DAMASCENA, Francisca Edineusa P.; SOUSA, Amanda Oliveira de; SILVA, Livia Maria N. Direito alternativo e movimentos sociais: a assessoria jurídica universitária popular e o elo com as lutas sociais. **Revista Jurídica Popular**, v. 15, n. 2, p. 45–68, 2020. Disponível em: <https://revistacaatinga.com.br/index.php/rejur/article/view/9128/10190>. Acesso em: 01 set. 2025.

FREITAS, Janaína Helena de. **A assessoria jurídica popular como instrumento de emancipação e efetivação de direitos fundamentais em comunidades periféricas.** 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GRADVOHL, Marina Brasil; VASCONCELOS, André Aghasi de Sousa; ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. Educação popular como prática da assessoria jurídica universitária popular. **Revista Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2016. Trabalho apresentado no Encontro de Extensão, 25., Fortaleza, 2016.

SOUZA Filho, José Atanásio de; SILVA, Philipe Cupertino Salloum; CASTRO, Ana Carolina Graciano. Assessoria jurídica popular em tempos de pandemia: a experiência da extensão popular em direito da Universidade Estadual de Goiás entre os anos 2019–2020. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 1, p. 68–83, jan./abr. 2020.



Submetido em: 21 de outubro de 2025.

Aceito em: 19 de dezembro de 2025.

○

○